



RELATÓRIO DE AUDITORIA

EXERCÍCIO DE

2021

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE
MARIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA
EXERCÍCIO DE 2021

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO
DE MARIA

Ricarte

Fone: (79) 2106-3800

RICARTE AUDITORES INDEPENDENTES S/S



ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA

**RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

Outubro/2022



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

ÍNDICE

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- **BALANÇO PATRIMONIAL**
- **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- **DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**
- **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Ao Conselho Deliberativo e Diretoria da
ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA
Aracaju - Sergipe**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA**. (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para a opinião com ressalva” do nosso relatório, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA**. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

O controle físico e analítico do Imobilizado, apresentados pela Associação, não estão em conformidade com a legislação vigente, por conseguinte, os encargos de depreciação e amortização foram calculados com base nos saldos direto das contas. Também não foi realizado teste de recuperabilidade (“Impairment”) sobre estes ativos, consequentemente não atendendo ao que determinam os dispositivos legais CPC27 – NBC TG 27 – Resolução CFC 1.177/09- Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 – CPC01- NBC TG 01 – Resolução CFC 1.292/10. Por conseguinte, não foi possível examinar, opinar, tão pouco quantificar os efeitos causados por essa deficiência no resultado e no patrimônio líquido da Associação.

A Associação apresentou um saldo de R\$ 106.302.169,63 (cento e seis milhões, trezentos e dois mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos) referente a processos judiciais, tal montante



representa um grande risco para a continuidade da Associação, pois representa 10 (dez) vezes o valor total do seu ativo.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado para o exercício findo naquela data, que estão sendo apresentados pela administração da Associação como informações suplementares e comparativas, não foram revisados por outros auditores.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

RICARTE AUDITORES INDEPENDENTES S/S



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Aracaju - SE, 05 de outubro de 2022.

Ricarte Auditores Independentes S/S.
RICARTE AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
C.R.C. SE-190

Jadson Gonçalves Ricarte
JADSON GONÇALVES RICARTE
CONTADOR

C.R.C. 7220 "T" -SE/BA
C.P.F. 079.205.985-91

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

<u>ATIVO</u>			<u>PASSIVO</u>		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>		<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>CIRCULANTE</u>			<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa	6.920,36	75.608,84	Fornecedores	13.487.697,48	4.654.848,54
Bancos C/Movimentos	15.968,50	979.732,26	Contas A Pagar	516.717,25	770.919,13
Clientes	4.867.857,70	-	Obrigações Sociais	1.511.761,21	2.084.521,08
Contas A Receber	4.414,46	4.414,46	Obrigações Com Empregados	5.551.681,80	5.127.781,51
Estoques	435.306,83	685.597,18	Acordos Processuais Trabalhist	1.602.062,24	1.854.201,46
Adiantamentos	645.366,91	1.787.370,72	Adiantamento De Clientes/Conve	156.187,87	156.187,87
			Depósitos Judiciais	1.402,96	1.402,96
			Recursos Covid-19	13,20	13,20
			Prov. Proc. Judiciais Apos Int	5.692.134,35	5.699.569,98
			Parcelamentos	139.976,74	1.273.734,44
Total do Circulante	<u>5.975.834,76</u>	<u>3.532.723,46</u>	Total do Circulante	<u>28.659.635,10</u>	<u>21.623.180,17</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Investimentos			Processos Judiciais	106.302.169,63	106.640.493,58
Investimentos – Líquido	4.155,00	4.155,00	Instituições Financeiras	7.099.807,03	7.099.807,03
Total do Imobilizado	<u>4.155,00</u>	<u>4.155,00</u>	Total do Não Circulante	<u>113.401.976,66</u>	<u>113.740.300,61</u>
Imobilizado			<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>		
Imobilizado – Líquido	13.295.041,89	7.116.631,39	Capital Social	688.903,25	688.903,25
Total do Imobilizado	<u>13.295.041,89</u>	<u>7.116.631,39</u>	Reservas	3.484.822,79	3.555.966,22
			Superávits (Déficits) Acumulados	(126.960.306,15)	(128.954.840,40)
Total do Não Circulante	<u>13.299.196,89</u>	<u>7.120.786,39</u>	Total do Patrimônio Líquido	<u>(122.786.580,11)</u>	<u>(124.709.970,93)</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>19.275.031,65</u>	<u>10.653.509,85</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>19.275.031,65</u>	<u>10.653.509,85</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS</u>	<u>45.656.816,78</u>	<u>31.089.625,15</u>
Atendimento a Particulares	166.324,00	216.991,50
Recursos de Contratualização SUS (Estadual)	16.003.546,30	16.400.833,65
Recursos de Contratualização SUS (UTI COVID-19)	8.016.900,00	11.857.300,00
Recursos de Contratualização SUS (ENFERMARIA/UTI COVII)	21.470.046,48	2.614.500,00
<u>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</u>	<u>45.656.816,78</u>	<u>31.089.625,15</u>
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>	<u>46.987.448,49</u>	<u>36.667.523,56</u>
Pessoal	17.056.363,41	14.594.376,84
Despesas Administrativas	7.820.280,40	3.966.918,30
Depreciação	679.341,34	371.904,33
Tributárias	14.107,93	86.183,46
Manutenção Hospitalar	20.051.759,84	10.944.045,77
Despesas Gerais	19.720,67	-
Despesas Financeiras	1.346.392,48	6.707.457,21
Receitas Financeiras	(517,58)	(3.362,35)
<u>RESULTADO OPERACIONAL</u>	<u>(1.330.631,71)</u>	<u>(5.577.898,41)</u>
<u>OUTRAS RECEITAS</u>	<u>1.294.830,64</u>	<u>2.821.314,05</u>
Auxílios, Subvenções E Campanhas	-	2.570.759,83
Receitas Eventuais	1.294.830,64	250.554,22
<u>DÉFICIT</u>	<u>(35.801,07)</u>	<u>(2.756.584,36)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Reservas Reserva de Reavaliação	Superávits (Déficits) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	688.903,25	3.627.109,65	(112.573.610,22)	(108.257.597,32)
Superávit (Déficit) do Exercício	-	-	(2.756.584,36)	(2.756.584,36)
Depreciação De Reavaliação	-	(71.143,43)	-	(71.143,43)
Destinações:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-
Transferência de Reserva	-	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(13.624.645,82)	(13.624.645,82)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	688.903,25	3.555.966,22	(128.954.840,40)	(124.709.970,93)
Superávit (Déficit) do Exercício	-	-	(35.801,07)	(35.801,07)
Depreciação De Reavaliação	-	(71.143,43)	-	(71.143,43)
Destinações:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-	-
Crédito para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	2.030.335,32	2.030.335,32
Saldos em 31 de dezembro de 2021	688.903,25	3.484.822,79	(126.960.306,15)	(122.786.580,11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Resultado do Período	(35.801,07)	(2.756.584,36)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	750.484,77	443.047,76
Ajuste de Exercício Anterior	2.030.335,32	(13.624.645,82)
Resultado na alienação de imobilizado	-	-
Provisão para realização de contas a receber de clientes	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-
Outros	(71.143,43)	(71.143,43)
Variação de ativos e passivos:		
Variação de contas a receber	(4.867.857,70)	1.754.014,46
Variação de estoques	250.290,35	(557.776,27)
Variação de contas a pagar e provisões	8.429.787,48	(535.439,02)
Variação de convênios a executar	-	-
Variação de outros ativos	1.142.003,81	(1.574.748,78)
Variação de outros passivos	(1.731.656,50)	21.022.928,42
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.896.443,03	4.099.652,96
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado	(6.928.895,27)	(3.338.863,75)
Recebimentos de vendas de imobilizado	-	-
Integralização de Capital	-	-
Outros	-	-
Caixa líquido proveniente (usado) das atividades de investimento	(6.928.895,27)	(3.338.863,75)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos de curto prazo obtidos	-	-
Financiamentos de longo prazo obtidos	-	-
Pagamentos de financiamentos de curto prazo	-	-
Pagamentos de financiamentos de longo prazo	-	-
Caixa líquido proveniente (usado) das atividades de financiamentos	-	-
Efeito de variação cambial sobre o caixa	-	-
Aumento do caixa	(1.032.452,24)	760.789,21
Caixa no início do período	1.055.341,10	294.551,89
Caixa no final do período	22.838,86	1.055.341,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

Geração de Riqueza

Apuração do valor adicionado:	2021	2020
1) Receitas	180.668.355,83	141.527.012,70
2) Insumos Adquiridos de Terceiros	117.358.065,20	59.003.153,39
3) Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	63.310.290,63	82.523.859,31
4) Depreciações e Amortizações	2.355.218,39	1.841.043,07
5) Valor Adicionado Líquido (3 - 4)	60.955.072,24	80.682.816,24
6) Valor Adic. Recebido em Transferência (7 + 8)	94.094,16	126.535,21
7) Receitas Financeiras	94.094,16	126.535,21
8) Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	61.049.166,40	80.809.351,45

Distribuição de Riqueza Gerada

Distribuição do valor adicionado:	2021	%	2020	%
Pessoal e Encargos	62.965.198,35	103,14	70.700.439,84	87,49
Financiadores (Juros + Alugueis)	3.720.493,81	6,09	1.719.506,62	2,13
Tributos e Contribuições	604.594,23	0,99	442.671,92	0,55
Dist. Lucros + Pró-labore + Juros s/Cap.Próprio	-	-	-	-
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(6.241.119,99)	(10,22)	7.946.733,07	9,83
Total Distribuído	61.049.166,40	100,00	80.809.351,45	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Amparo de Maria mantido pela Associação de Beneficência Amparo de Maria, fundada em 25.03.1867, com sede em Estância-Se, é uma Instituição Civil de Direito Privado, Beneficente, Filantrópica e de Assistência Social Sem Fins Lucrativos voltada para a Prestação de Serviços na Área da Saúde. A Instituição Filantrópica destina pelo menos 60% dos atendimentos ao SUS (Sistema Único de Saúde) em conformidade com a Legislação vigente.

O tipo de clientela beneficiada com atendimento do hospital é representado por pessoas das cidades de Estância, Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba, Umbaúba, Itabaianinha, Arauá, Cristinápolis, Tomar do Geru, Pedrinhas e Boquim que compõe a região centro-sul do estado de Sergipe e dois municípios do estado da Bahia: Rio Real e Jandaira.

A instituição, obteve deferimento de Concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área de Saúde - CEBAS, publicada no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2015 a portaria do Ministério da Saúde nº 1.168 e sua renovação publicada em 25 de março de 2019, portaria Ministério da Saúde nº 400 e nova renovação em 10 de setembro de 2021, portaria Ministério da Saúde nº 908. Como Instituição de Utilidade Pública e Sem Fins Lucrativos, é imune às Contribuições Federais, Estaduais e Municipais, amparada pela Constituição Federal de 1.988 em seu artigo 150, inciso VI, alínea c.

A Associação está sob intervenção judicial desde 28/07/2004, e foi administrada por uma Comissão Interventora nomeada pelo Juiz da 1ª Vara Civil de Estância, processo ACP sob número 200450000478 até 22/10/2019 e a partir de 23/10/2019 passou a ser administrada por Interventor Judicial, o Sr. Paulo Roberto Daltro de Carvalho, CPF 010.633.895-18, indicado pela Secretaria Estadual de Saúde de Sergipe e nomeado pelo Juiz da 1ª Vara Civil de Estância, processo ACP sob número 200450000478 até 09/06/2021, quando a Instituição passou a ser administrada pelo Interventor Judicial, o Sr. Max de Carvalho Amaral, CPF 018.773.275-22, indicado pela Secretaria Estadual de Saúde de Sergipe e nomeado pelo Juiz da 1ª Vara Civil de Estância, processo ACP sob número 200450000478.

Os recursos financeiros necessários para a realização dos objetivos da Instituição são provenientes principalmente de:

- a. Diárias hospitalares e serviços ambulatoriais por atendimentos aos pacientes SUS e particulares;
- b. Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- c. De contratos de prestação de serviços;
- d. De donativos de pessoas Físicas e Jurídicas.
- e. Do aluguel de Salas

Em 19 de junho de 2020, foi firmado Contrato Simplificado de Credenciamento N°118/2020, Contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe/Fundo Estadual de

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



Saúde para tratamento de pacientes comprovadamente acometidos de covid- 19 em 21 (vinte) leitos de terapia intensiva para adultos, sendo seu termo de rescisão assinado em 16 de março de 2021.

Em 15 de julho de 2020, foi firmado Contrato Simplificado de Credenciamento N° 138/2020, Contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe/Fundo Estadual de Saúde para tratamento de pacientes comprovadamente acometidos de covid- 19 em 40 (quarenta) leitos clínicos de enfermaria para adultos, sendo seu termo de rescisão assinado em 10 de dezembro de 2020.

Em 16 de março de 2021, foi firmado Contrato Simplificado de Credenciamento N° 032/202, Contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe/Fundo Estadual de Saúde para tratamento de pacientes comprovadamente acometidos de covid- 19 em 41 (quarenta) leitos de Terapia Intensiva para Adultos e 20 leitos clínicos de enfermaria para adultos, sendo seu termo de rescisão assinado em 22 de julho de 2021.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras do Conselho Federal de Contabilidade Resolução CFC nº 877 de 18 de Abril de 2.000, que aprovou a NBC T 10 Dos aspectos contábeis específicos em Entidades diversas, o Item NBC T 10.19 - Entidades sem Fins lucrativos, NBCT 19.41 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, em consonância com o Decreto N° 7.237 de 20 de Julho de 2.010 O que regulamenta a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que traz novas providências, e as práticas contábeis previstas na Legislação Societária.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **OS ATIVOS E PASSIVOS VENCÍVEIS** até o término do exercício seguinte estão classificados como de curto prazo (circulante) e os excedentes como de longo prazo (não circulante);
- b) **AS APLICAÇÕES FINANCEIRAS** são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis e são mantidas até os seus vencimentos;
- c) **CRÉDITOS A RECEBER** - Referem-se principalmente aos valores a receber pelos serviços hospitalares prestados, faturados ou não nas datas de encerramento das Demonstrações Financeiras.
- d) **PROVISÃO PARA LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA** - Constituída pelo valor estimado para cobrir perdas prováveis na realização dos créditos a receber. Como no presente exercício os recebimentos de particulares foram à vista, não foi realizada a provisão.
- e) **ESTOQUES** - Estão avaliados pelo custo médio, que não superam o valor de aquisição e reduzidos de provisão para ajuste do valor de realização, quando aplicável. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias pela Administração.
- f) **IMOBILIZADOS** - Estão demonstrados aos valores de mercado, líquidos de depreciação calculada com base na vida útil estimada dos bens. A última avaliação patrimonial ocorreu no ano de 2008.

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



- g) **PASSIVOS** - Demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até o encerramento das Demonstrações Financeiras, levando em conta a legislação vigente e cláusulas contratuais.
- h) **IMPOSTOS A RECOLHER SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO** - Os Impostos e Contribuições decorrentes da folha de pagamento (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Programa de Integração Social - PIS e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS retido dos funcionários) são reconhecidos obedecendo ao princípio da Competência.
- i) **DIREITOS E AS OBRIGAÇÕES LEGAIS** ou contratualmente sujeitos a atualização monetária ou encargos financeiros são atualizados até a data das Demonstrações Contábeis;
- j) **AS FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS** e seus respectivos encargos são provisionados segundo o Regime de Competência;
- k) **USO DE ESTIMATIVAS** - A preparação das Demonstrações Contábeis requer que a Administração, em determinadas situações, efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os valores reais podem, eventualmente, divergir daqueles estimados.

3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

Exercício findo em	
	31/12/2021
Caixa	6.920,36
Banco e/movimento	15.968,50
Aplicações liquidez imediata	0,00
Total	22.888,86

O Caixa representa valores recebidos em dinheiro pela prestação de serviços particulares ou saques para pequenas compras emergenciais.

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimento de baixo risco, com prazo de vencimento de até 90 dias.

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



4 - CONTAS A RECEBER

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

Estão apresentados a valores de custo sendo que a Administração não constituiu Provisão para Liquidação Duvidosa (PCLD), pois, a principal fonte de recursos que representa 95% do total de convênios firmados com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Sergipe.

Os valores a receber são provenientes de atendimentos vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS, empresas conveniadas de planos de saúde, e pacientes particulares, a saber:

Exercício findo em	
	31/12/2021
Cientes	0,00
Contas a receber de Convênio	4.867.857,70
Contas a receber	4.414,46
Total	4.872.272,16

5 - ESTOQUES

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação e sua composição é a seguinte:

Exercício findo em	
	31/12/2021
Medicamentos e Material Hospitalar	356.581,12
Almoxarifado (Mat. Consumo)	20.704,86
Gêneros Alimentícios	58.020,85
Total	435.306,83

6 - ADIANTAMENTOS

Os adiantamentos referem-se à antecipação autorizada pela direção a funcionários (Salários ou 13º Salário) ou a fornecedores (compras à vista).

Exercício findo em	
	31/12/2021
Adiantamento a Funcionários	25.839,05
Adiantamento a Fornecedores	569.027,35
Outros Créditos a Receber	50.500,51
Total	645.366,91

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



7 - INVESTIMENTOS

Refere-se a ações da Sulgipe - Cia Sul Sergipana de Eletricidade, recebidas em doação.

8 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens.

Os bens patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Exercício findo em	
	31/12/2021
Edificações Administração	142.876,98
Edificações Igreja	113.468,79
Edificações Pronto Socorro/Maternidade / Hospital	9.972.272,38
Equipamentos de Comunicação/Informática	135.204,13
Instalações	461.708,40
Máquinas e Equipamentos	995.090,32
Moveis e Utensílios	407.752,81
Moveis e Equipamentos Hospitalares	4.360.775,26
Terreno	1.134.215,28
Veículos	49.000,00
Subtotal	17.772.364,35
Depreciações Acumuladas	(4.477.322,46)
Total Líquido	13.295.041,89

Edificações Pronto socorro / Maternidade / Hospital - Acréscimo de aproximadamente 86,02%, correspondente a reformas e pintura do prédio e instalações da Maternidade, Centro Cirúrgico, Cozinha, prédio da recepção do centro de imagem e pintura das áreas externas do hospital.

Equipamentos de Comunicação/Informática - Acréscimo de aproximadamente 20,07%, correspondente a aquisição de computadores e acessórios de informática.

Instalações - O Acréscimo corresponde a instalação da rede de gases medicinais e da estrutura de hidrômetros e adequação para combate a incêndios e fuga.

Móveis e Utensílios - Acréscimo de aproximadamente 21,23%, correspondente a aquisição de móveis de escritório e mobiliários.

Moveis e Equipamentos Hospitalares - Acréscimo de aproximadamente 69,11%, correspondente a aquisição de móveis e equipamentos hospitalares para a maternidade e Centro Cirúrgico.

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



PASSIVO CIRCULANTE

9 - FORNECEDORES

Estão contemplados nesta conta todos os fornecedores de Materiais e prestadores de Serviço Pessoa Jurídica.

Exercício findo em	
	31/12/2021
Fornecedores	13.487.697,48

10 - CONTAS A PAGAR

O contas a pagar representa a contratação de mão-de-obra terceirizada de Pessoa Física pela instituição.

Exercício findo em	
	31/12/2021
Prestadores de Serviço PF	516.717,25

11 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais referem-se a INSS Patronal de empregados e Cooperativas, e INSS Retido e IRRF de empregados, INSS sobre Produtos Agrícolas, INSS Retido, sobre serviços prestados Pessoa Jurídica e Pessoa Física. Além do FGTS.

12 - OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

13 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias tais como IRRF, CSLL, PIS, ISS, COFINS, Retidos e PIS sobre serviços prestados de Pessoa física e de pessoa Jurídica e ISS sobre prestação de servidos são reconhecidos mensalmente obedecendo-se o regime de competência.

14 - CHEQUES EMITIDOS E NÃO SACADOS

Valor corresponde aos cheques emitidos e pagos mais não sacados dentro do exercício.

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



15 - ADIANTAMENTO A CLIENTES/CONVÊNIOS

Os adiantamentos referem-se a clientes ou repasses de convênios.

16 - PROVISÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS APÓS A INTERVENÇÃO

A Provisão de processos judiciais após a intervenção corresponde à processos de pedido de danos morais que estão em andamento e sem sentença definitiva, que foram reconhecidos, mas que após a sentença os valores podem sofrer alteração

17 - PARCELAMENTOS

Parcelamentos em andamento:

INSS – Previdência Social

Débitos administrados pela Receita Federal: IRRF-PF, IRRF PJ, PIS, CSRF retidos, esses parcelamentos foram cancelados por falta de regularidade dos pagamentos.

Saldo em 31/12/2021:

Exercício findo em	
	31/12/2021
INSS	139.976,74
Débitos Administrados pela RFB	0,00
Total	139.976,74

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

18 - PROCESSOS JUSTIÇA FEDERAL

Processos Justiça Federal representam os Débitos com FGTS e Multas CLT não recolhidos e Débitos com INSS, IRRF, PIS, CSRF não recolhidos e em dívida ativa e que se encontram em cobrança judicial. E os Débitos com FGTS e Multas CLT não recolhidos e Débitos com INSS, IRRF, PIS, CSRF não recolhidos e em dívida na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Exercício findo em	
	31/12/2021
FGTS Dívida Ativa	2.445.366,87
INSS Dívida ativa	74.432.073,59
IRRF Dívida Ativa	6.086.526,36
Pis Dívida Ativa	400.000,73
CLT – Dívida Ativa	837.644,04
CSRF Dívida Ativa	701.618,81
Multas Dívida Ativa	88.084,36
Honorários Advocatícios S/INSS	9.708.082,76
Total	94.699.397,52

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



Os valores foram devidamente atualizados monetariamente.

INSS Dívida Ativa – Além da atualização monetária, foi efetuado ajuste na conta de exercícios anteriores correspondente a correção de valores nos débitos.

19 - PROCESSOS TRABALHISTAS

Inerentes a ações movidas por ex-funcionários contra a Empresa, esse valor está em processo de negociação uma vez que a maior parte ocorreu a revelia na época do início da intervenção judicial, pois havia dúvida de quem representava a Associação naquela época.

Esses valores após as negociações e acordos poderão sofrer variação.

Exercício findo em	
31/12/2021	
Processos Trabalhistas	8.593.758,64

20 - PROCESSOS JUDICIAIS CIVIS (FORNECEDORES E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA)

Processos Judiciais civis representam os fornecedores e instituições financeiras que ingressaram na justiça.

Exercício findo em	
31/12/2021	
Processos Judiciais Civis	2.872.138,71
Instituição Financeira	7.099.807,03
Total	9.971.945,74

PATRIMÔNIO SOCIAL

21 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

É proveniente de avaliação dos móveis e imóveis realizada no ano de 2008, conforme laudo de avaliação realizado em 24 de setembro de 2008.

22 - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os valores evidenciados na rubrica Ajustes de Exercícios Anteriores decorrem de erros de classificação, lançamento e algumas mudanças de critério durante o exercício findo.

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



23 - RECEITAS E DESPESAS

As Receitas e Despesas da Instituição são apropriadas pelo regime de competência com base em documentos hábeis como:

- a) Avisos bancários;
- b) Notas Fiscais;
- c) Recibos;
- d) Contratos;
- e) E outros documentos em conformidade com as exigências fiscais.

24 - RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Durante o exercício de 2021 a instituição obteve as seguintes entradas de recursos em caixa decorrentes de subvenções, convênios públicos, convênios privados e particulares.

Exercício findo em	
	31/12/2021
Atendimentos Particulares	166.324,00
Recursos Contratualização SUS (Estadual)	16.003.546,30
Recursos Contratualização SUS (UTI COVID-19)	8.016.900,00
Recursos Contratualização SUS (ENFERMARIA/UTI COVID-19)	21.470.046,48
Total Recebido	45.656.816,78

Atendimentos Particulares – Diárias hospitalares e serviços ambulatoriais por atendimentos aos pacientes particulares.

Recursos Contratualização SUS (Estadual) - Contrato de Prestação de Serviços N°072/2018, Contrato de prestação de serviços de Saúde, ambulatoriais e hospitalares com a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe/Fundo Estadual de Saúde.

Recursos Contratualização SUS (UTI COVID-19) - Contrato Simplificado de Credenciamento N°118/2020, Contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe/Fundo Estadual de Saúde para tratamento de pacientes comprovadamente acometidos de covid- 19 em 21 (vinte) leitos de terapia intensiva para adultos.

Recursos Contratualização SUS (ENFERMARIA/UTI COVID-19) - Contrato Simplificado de Credenciamento N° 032/2021, Contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe/Fundo Estadual de Saúde para tratamento de pacientes comprovadamente acometidos de covid- 19 em 41 (quarenta) leitos de Terapia Intensiva para Adultos e 20 leitos clínicos de enfermaria para adultos.

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



25 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Exercício findo em	
	31/12/2021
Receitas Patrimoniais	253.819,39
Total Recebido	253.819,39

Receitas Patrimoniais – Aluguel de salas e consultórios.

26 - CUSTOS OPERACIONAIS - PESSOAL

Folha de Pagamento – Acréscimo de aproximadamente 6,99% devido a readequação de pessoal para atender ao novo modelo de gestão do contrato, embora tenha ocorrido reajuste do Salário-Mínimo e dissídios das diversas classes, praticamente os custos com folha de pagamento permaneceu quase que igual ao do exercício anterior.

Benefícios a Pessoal - Acréscimo de aproximadamente 13,22%

Encargos Sociais - Acréscimo de aproximadamente 4,16%

Serviços Terceirizados - Acréscimo de aproximadamente 34,19% nos serviços prestados por pessoa jurídica e pessoa física. O crescimento nos custos dos serviços terceirizados se deu por adequação dos contratos já existentes e contratação de profissionais através de contrato de Pessoa Jurídica para adequação das escalas da maternidade e hospital.

Nomenclatura	2021	%	2020
Despesas c/ Pessoal	9.160.188,29	6,99%	8.562.188,29
Benefícios a Pessoal	62.646,43	13,22%	55.330,10
Encargos Sociais	648.702,95	4,16%	622.811,22
Custos de Serviços Prestados	7.184.838,72	34,19%	5.354.047,23

27 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E MANUTENÇÃO

Acréscimo de aproximadamente 92,85% nas despesas administrativas e manutenção do hospital. O crescimento nos custos se deu por adequação dos contratos já existentes para atender parte dos novos serviços no tratamento da COVID-19 (UTI e Enfermaria) e adequação para atender as demandas do contrato SES 072/2018, principalmente o retorno das cirurgias eletivas.

28 - CUSTOS UTI E ENFERMARIAS COVID-19

Custos para a prestação de serviços para o tratamento de pacientes acometidos de COVID-19 sendo 41 (quarenta e um) leitos de terapia intensiva para adultos e 20 (vinte) leitos clínicos de enfermaria para adultos conforme contratos firmados:

UTI COVID-19 - Contrato Simplificado de Credenciamento N°118/2020, Contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe/Fundo Estadual de Saúde para tratamento

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



de pacientes comprovadamente acometidos de covid- 19 em 21 (vinte) leitos de terapia intensiva para adultos.

ENFERMARIA/UTI COVID-19 - Contrato Simplificado de Credenciamento N° 032/2021, Contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe/Fundo Estadual de Saúde para tratamento de pacientes comprovadamente acometidos de covid- 19 em 41 (quarenta) leitos de Terapia Intensiva para Adultos e 20 leitos clínicos de enfermaria para adultos.

Outros custos para tratamento de pacientes comprovadamente acometidos de covid-19 foram alocados em outras contas, a exemplo de Energia Elétrica, Água, Lavanderia/Rouparia, Manutenção de Equipamentos, entre outros, uma vez que não foram adotados pela administração critérios de rateio.

Nomenclatura	2021
Serviços Profissionais e Profissionais Médicos	16.351.225,94
Material Hospitalar e Medicamentos	3.700.533,90
Total	20.051.759,84

29 - RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2021, o Resultado Líquido operacional da Instituição apresentou o valor de R\$ 232.664,02, então esse seria o superavit no exercício quando se exclui as despesas não-operacionais (Atualização Monetária de Débitos Previdenciários, IRRF, PIS, CSRF, FGTS, Multa FGTS, além de atualização de valores de acordos judiciais), as receitas financeiras e as receitas eventuais.

30 - ATENDIMENTOS SUS, CONVÊNIOS E PARTICULARES

De acordo com a Lei N° 12.453, de Julho de 2.011 que altera A LEI N° 12.101 de 2.009, alterada pela Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, e traz novas providências acerca da certificação/renovação da Filantropia, abaixo estão evidenciados os atendimentos SUS e NÃO SUS atendendo ao **PERCENTUAL MÍNIMO DE SERVIÇOS PRESTADOS AO SUS CONFORME REGE O ART. 8º, INCISO III DA Lei N° 12.453.**

Avaliação do% da Filantropia Paciente dia 2021

INTERNAÇÃO HOSPITALAR	PACIENTE DIA	%
SUS	10.966	95,91
NÃO SUS	468	4,09
TOTAL	11.434	100%

PERCENTUAL DE SERVIÇOS PRESTADOS AO SUS = 95,91

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



31 - ESTIMATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA AO INSS CASO A INSTITUIÇÃO RECOLHESSA A QUOTA PATRONAL

Cálculo refere-se aos meses de janeiro/2021 e dezembro/2021 e 13º Salário:

Nomenclatura	Janeiro a Dezembro/2021 e 13º Salário
BASE DE CÁLCULO DO INSS DA FOLHA DE PAGAMENTO	8.305.563,02
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO DEVIDA (*)	29,2958%
TOTAL DEVIDO CASO A INSTITUIÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO	2.433.181,13
BASE DE CÁLCULO DO INSS DE SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA (AUTÔNOMO, INCLUSIVE MÉDICOS)	654.369,63
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO DEVIDA (*)	20%
TOTAL DEVIDO CASO A INSTITUIÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO	130.873,93
BASE DE CÁLCULO DO INSS S/NOTA FISCAL DE COOPERATIVA	1.537.164,05
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO DEVIDA (*)	15%
TOTAL DEVIDO CASO A INSTITUIÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO	230.574,51
TOTAL GERAL DA ISENÇÃO	2.794.629,66

(*) INSS 20%, SESC 1,5%, SENAC 1%, SEBRAE 0,60%, INCRA 0,20%, SALÁRIO EDUCAÇÃO 2,5%, E SEGURO ACIDENTES:3,4958%. INSS SOBRE NF COOPERATIVA 15%.

32 - ESTIMATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PIS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO DEVIDA CASO A INSTITUIÇÃO RECOLHESSA

Cálculo refere-se aos meses de janeiro/2021 e dezembro/2021 e 13º Salário:

Nomenclatura	Janeiro a Dezembro/2021 e 13º Salário
BASE DE CÁLCULO DO PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	8.305.563,02
PERCENTUAL DO VALOR DEVIDO	1%
TOTAL DEVIDO CASO A INSTITUIÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO	85.055,63

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



33 - ESTIMATIVA DO ISS SOBRE O VALOR DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Cálculo refere-se aos meses de janeiro/2021 e dezembro/2021:

Nomenclatura	Janeiro a Dezembro/2021
BASE DE CÁLCULO DO ISS SOBRE FATURAMENTO DE SERVIÇOS PRESTADOS	45.656.816,78
PERCENTUAL DO VALOR DEVIDO	5%
TOTAL DEVIDO CASO A INSTITUIÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO	2.282.840,84

34 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Tendo em vista que a Instituição não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

35 - PASSIVO A DESCOBERTO

Em 31 de Dezembro de 2021, o Passivo a Descoberto da Instituição apresentou o valor de R\$ **122.500.215,15** (Cento e vinte e dois milhões, quinhentos mil, duzentos e quinze reais e quinze centavos) é decorrente das provisões de Processo da justiça comum – indenizações por danos morais, das Autuações Previdenciárias, IRRF retido, PIS sobre folha de pagamento Multas CLT e suas atualizações monetárias as quais a Instituição está discutindo judicialmente.

Em comparação ao exercício de 2020, houve uma diminuição de R\$ 2.209.755,78 (dois milhões, duzentos e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos), o que corresponde ajuste nos débitos em dívida ativa, a conta INSS Dívida Ativa – Além da atualização monetária, foi efetuado ajuste na conta de exercícios anteriores correspondente a correção de valores nos débitos.

Exercício findo em	31/12/2020	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	NOVOS DÉBITOS	AJUSTES	31/12/2021
FGTS Dívida Ativa	2.386.673,49	58.693,38	0,00	0,00	2.445.366,87
INSS Dívida ativa	77.205.984,17	288.361,85	1.036.917,63	-4.099.190,06	74.432.073,59
IRRF Dívida Ativa	3.998.258,13	699.468,85	1.388.799,38	0,00	6.086.526,36
Pis Dívida Ativa	363.987,22	16.923,05	19.090,46	0,00	400.000,73

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



CLT – Dívida Ativa	724.637,83	51.403,95	61.602,26	0,00	837.644,04
CSRF Dívida Ativa	13.487,51	192.125,81	496.005,49	0,00	701.618,81
Multas Dívida Ativa	84.967,33	3.117,03	0,00	0,00	88.084,36
Honorários Advocáticos S/INSS	9.708.082,76	0,00	0,00	0,00	9.708.082,76
Total	94.486.078,44	1.310.093,92	3.002.415,22	-4.099.190,06	94.699.397,52

36 - LEI Nº 12.101/2009, LEI 12.453/2011, DECRETO Nº 7.237/2010, DECRETO Nº 7.300/2010, PORTARIA Nº 3.355/2010 E PORTARIA Nº 1972/2011.

A Lei 12.101, de 27 de Novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nº (s), 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória Nº 2.187-13 de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

A Lei 12.453, de 21 de julho de 2011 Altera a Lei 12.101 de 2009, que dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social.

O Decreto Nº 7.237, de 20 de Julho de 2010 que Regulamenta a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.

O Decreto Nº 7.300, de 14 de Setembro de 2010, Regulamento o art. 110 da Lei Nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e altera o Decreto 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei Nº 12.101, de 27 de novembro 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.

A Portaria Nº 3.355, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS - Saúde. (Revogado pela Portaria 1970).

A Portaria Nº 1.970, de 16 de Agosto de 2011. Dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde CEBAS – Saúde.

A lei complementar 187 de 16 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA AMPARO DE MARIA



A Instituição está enquadrada na área da Saúde, mantém convênio com o SUS em conformidade com a legislação vigente acima dos limites instituídos e obteve deferimento de Concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área de Saúde - CEBAS, publicada no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2015 a portaria do Ministério da Saúde nº 1.168 e sua renovação publicada em 25 de março de 2019, portaria Ministério da Saúde nº 400 e nova renovação em 10 de setembro de 2021, portaria Ministério da Saúde nº 908.

37 - FINALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram concluídas e autorizadas para a publicação pela Administração em 30 de abril de 2022.

38 - CONTINGÊNCIAS

Os registros contábeis e as operações da Entidade estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.